



ISSN: 2230-9926

Available online at <http://www.journalijdr.com>

IJDR

International Journal of Development Research

Vol. 12, Issue, 06, pp. 57043-57047, June, 2022

<https://doi.org/10.37118/ijdr.24829.06.2022>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL NA COMUNIDADE SÃO JOÃO DO TUPÉ: RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TUPÉ – AMAZONAS

Antônio Ferreira do Norte Filho*¹, Therezinha de Jesus Pinto Fraxe², Jaisson Miyosi Oka³, Mônica Suani Barbosa da Costa⁴, Janderlin Patrick Rodrigues Carneiro⁵, Gislany Mendonça de Senna⁶ and Vinicius Verona Carvalho Gonçalves⁷

¹Professor Doutor – Universidade Federal do Amazonas (UFAM) – Manaus, Amazonas, Brasil; ²Professora Doutora Titular – Universidade Federal do Amazonas (UFAM) – Manaus, Amazonas, Brasil; ³Professor Doutor – Universidade Federal do Amazonas (UFAM) – Manaus, Amazonas, Brasil; ^{4,5,6,7}Doutorandos pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (PPGCASA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) – Manaus, Amazonas, Brasil

ARTICLE INFO

Article History:

Received 14th March, 2022

Received in revised form

06th April, 2022

Accepted 17th May, 2022

Published online 28th June, 2022

Key Words:

Desenvolvimento Socioambiental;
Comunidade; Moradia; Saneamento Básico;
Atividades Econômicas.

*Corresponding author:

Antônio Ferreira do Norte Filho

ABSTRACT

O O presente artigo busca analisar o Desenvolvimento Socioambiental na Comunidade São João do Tupé, integrante da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, a partir do desenvolvimento socioambiental comunitário, por meio de pesquisa com vistas à apresentação dos índices básicos de subsistência dos seus habitantes, tais como: moradia, saneamento básico, educação, saúde e atividades econômicas. Metodologicamente, trata-se de pesquisa, de natureza aplicada, quanto aos objetivos, exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa e quantitativa, baseada no método estudo de caso. Portanto, espera-se com o presente trabalho contribuir para o conhecimento e as reflexões adequadas sobre os componentes pesquisados, com vistas à valorização do ser humano na plenitude dos direitos que lhe compete, com a percepção de que constitui parte do ambiente que lhe envolve, numa visão sistêmica e inclusiva dos demais elementos ambientais, o que propicia um leque de resoluções aos possíveis impasses verificados no âmbito das conclusões apresentadas.

Copyright © 2022, Antônio Ferreira do Norte Filho et al. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Antônio Ferreira do Norte Filho, Therezinha de Jesus Pinto Fraxe, Jaisson Miyosi Oka et al. "Desenvolvimento socioambiental na comunidade são joão do tupé: reserva de desenvolvimento sustentável do tupé – amazonas", *International Journal of Development Research*, 12, (06), 57043-57047.

INTRODUCTION

A presente pesquisa constitui um dos capítulos da tese de doutorado intitulada Direito Real de Uso: Princípio da Segurança Sustentável Como Garantia Fundamental de Permanência dos Povos Tradicionais em Unidade de Conservação, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (PPGCASA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Assim, este trabalho, através da coleta dados, objetivou a análise do desenvolvimento socioambiental da Comunidade de São João do Tupé, localizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé. Buscou-se a identificação dos índices básicos de sobrevivência dos comunitários, sobretudo, no que diz respeito à moradia, o saneamento básico, a educação, a saúde e as atividades econômicas. Portanto, centrou-se na contribuição para o conhecimento com as necessárias reflexões acerca dos componentes pesquisados, com vistas à valorização do ser humano, compreendidos os seus direitos,

seguindo-se a percepção de que este constitui parte do ambiente que lhe cerca, numa visão sistêmica e inclusiva dos demais elementos ambientais, bem como as resoluções aos possíveis impasses verificados no âmbito das conclusões apresentadas.

MATERIALS AND METHODS

A metodologia referente a este trabalho apresenta, quanto à natureza como uma pesquisa aplicada, posto ter por objetivo gerar conhecimentos para aplicação prática prevista, dirigidos à solução de problemas específicos, por envolver verdades e interesses locais (Gerhardt, Silveira, 2009, p. 35). Quanto aos objetivos, apresenta pesquisa classificada como exploratória e descritiva, pois tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, visando torná-lo mais explícito ou construir hipóteses. Pode envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas

com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão (Gil, 2002; Heerd & Leonel, 2006).

A abordagem utilizada consiste numa pesquisa qualitativa e quantitativa, uma vez que, além de buscar um aprofundamento da compreensão da relação do grupo social estudado com o lugar, ou seja, o vínculo primordial entre o universo objetivo e a subjetividade do sujeito; se preocupou também com a com representatividade numérica a partir de opiniões, informações, classificações e análises através de recursos e técnicas estatísticas.

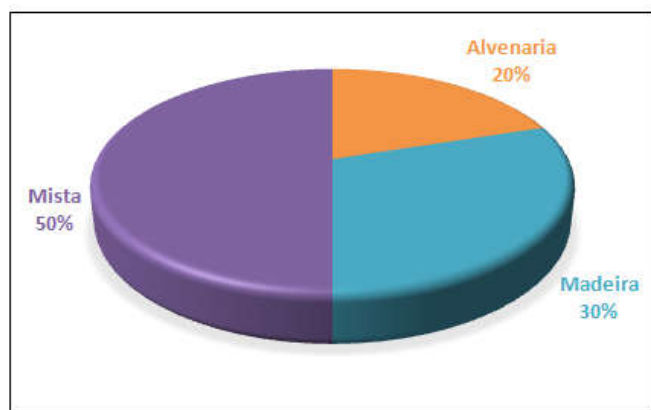
Para a efetivação do presente estudo, foi realizada pesquisa de campo na área de estudo delimitada, com entrevistas semiestruturadas, através da aplicação de formulários, com perguntas abertas e fechadas, além da observação. O estudo foi realizado na Comunidade São João do Tupé, localizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé (RDS Tupé), Unidade de Conservação com 11.973 hectares, localizada à margem esquerda do Rio Negro, na zona rural de Manaus, com distância aproximada de 25 km em linha reta do centro da cidade, criada através do Decreto nº 8.044, de 25 de agosto de 2005 da Prefeitura de Manaus. Tem como objetivo a preservação da natureza por meio da garantia e utilização racional dos recursos naturais pelas populações tradicionais nela habitantes. Seu acesso ocorre somente por via fluvial. (Plano de Gestão, 2016).

RESULTS AND DISCUSSIONS

A Comunidade São João do Tupé fundada em 18 de abril de 1988 somente se efetivou em julho de 1988 por meio do projeto Ajuda e Esperança do Pró Menor Dom Bosco. Observa-se que aquele espaço territorial especialmente protegido é rico em biodiversidade, ressaltando-se os recursos hídricos (lago do Tupé), bem como comporta no seu perímetro tanto População Tradicional quanto uma Povos indígenas, com a ocupação espacial bem delimitada e aparente reconhecimento dos limites de cada grupo residente.

Análise dos dados coletados

Em relação ao tipo de estrutura das moradias na Comunidade de São João do Lago do Tupé, no âmbito do estudo amostral, foram observados os seguintes resultados: 20% reside em casa de alvenaria, 30% habita em casa de madeira e 50% mora em casa de mista que, em considerável maioria, são imóveis inacabados (Figura 1).



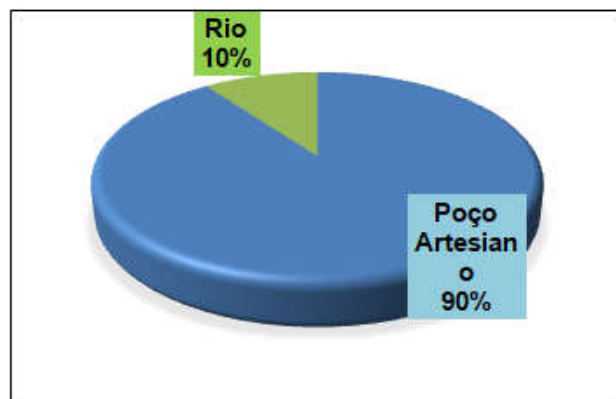
Fonte: Autores, (2021)

Figura 1. Estrutura habitacional São João do Tupé

No que tange à captação de água para consumo doméstico, compreendidas a ingestão, higiene pessoal e tarefas diárias, os resultados ficaram no seguinte percentual: 90% capta água em poço artesiano e 10% capta água do rio.

Ter acesso à água, no entanto, não é uma questão de escolha. Todos precisam dela. O próprio fato de ela não poder ser substituída por nada mais, faz da água um bem básico que não pode ser subordinado

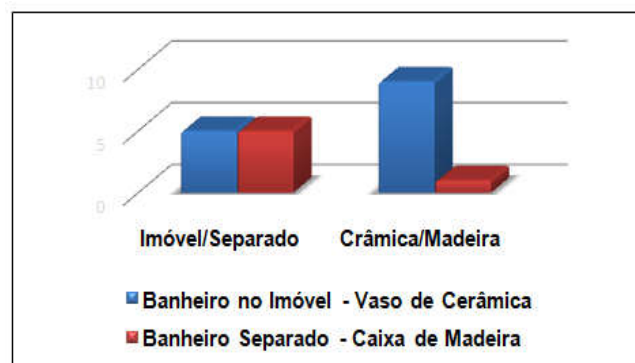
a um único princípio setorial da regulamentação, legitimação e valorização; ela se enquadra nos princípios do funcionamento da sociedade como um todo. Isso é precisamente aquilo que se chama de um bem social, um bem comum, básico a qualquer comunidade humana (Petrella, 2004).



Fonte: Autores, (2021)

Figura 2. Captação de Água São João do Tupé

No âmbito do saneamento básico, a comunidade não comporta esgoto tratado, sendo que 90% respondeu que o destino dado ao esgoto se dá por sistema de fossa. E 10% assinalou que o destino do esgoto é o rio. Quanto à localização do banheiro em relação ao imóvel, bem como as características do vaso sanitário, foi observado que os banheiros localizados no interior do imóvel representam 50%, enquanto os banheiros separados do imóvel são 50%, no que diz respeito à confecção dos vasos sanitários no universo pesquisado, este contexto se apresentou na ordem de 90,00% de vasos sanitários de cerâmica e 10% de vasos sanitários constituídos de caixa de madeira (Figura 2).



Fonte: Autores, (2021)

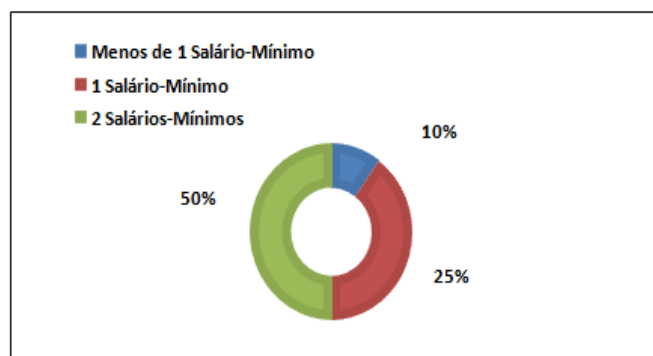
Figura 3. Localização do banheiro e característica do vaso sanitário

Os resíduos sólidos da comunidade são recolhidos e acondicionados em um depósito e quando atinge a capacidade máxima, a balsa da Secretaria Municipal de Limpeza Urbana (Semulsp) é acionada para transportar os resíduos até Manaus, isso ocorre em média no período de um mês ou no prazo de quinze dias caso o depósito chegue ao pico de capacidade espacial (Figura 3). Tal prática ocasiona prejuízos dada possibilidade de criação do chorume que é um líquido poluente resultante da decomposição dos resíduos por apodrecimento do material orgânico, além da possibilidade de ocasionar doenças por meio da atração de insetos, contaminação dos animais domésticos e da fauna local.

Nesse sentido, quando ao destino dado aos resíduos sólidos domiciliares, os moradores responderam 60% tem os resíduos recolhidos ao depósito à espera de ser enviado para Manaus e 40% utiliza a prática de queima dos resíduos sólidos (Figura 4).

A renda familiar na comunidade do livramento, em conformidade com relatos dos participantes entrevistados, ocorre através de benefícios sociais governamentais que se complementa através da pesca, de serviços locais e do comércio, ficando a distribuição da renda contextualizada da seguinte forma: 10,00% com menos de um salário-mínimo, 30%, com um salário-mínimo, 50% com dois salários-mínimos e 10% mais de dois salários-mínimos (Figura 5).

Os moradores entrevistados da localidade, que se autodefinem povo tradicional, foram unânimes em demonstrar descontentamento com a rigidez das normas ambientais que se sem qualquer flexibilização, os coloca em mesmo nível das demais gentes, desconhecendo as suas necessidades específicas em relação ao *locus* e à própria sobrevivência, não podendo plantar ou exercer determinadas atividades sem a ciência e prévia autorização do órgão fiscalizador ambiental.

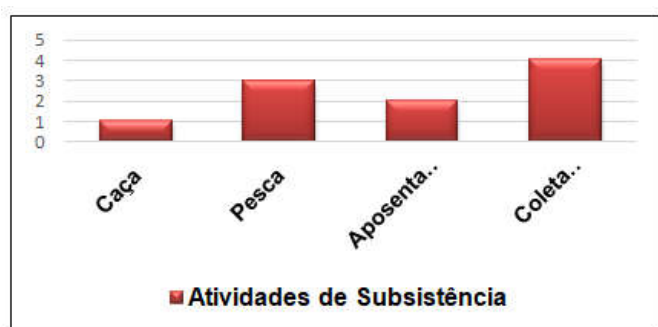


Fonte: Autores, (2021)

Figura 5. Renda Familiar no Livramento'

Quanto aos meios de subsistência, os respondentes indicaram realizarem atividades de subsistência nos percentuais seguintes: 10% utiliza a caça, 30% sobrevive da pesca, 20% da aposentadoria e 40 % da coleta (pegas) (Figura 6) na floresta conforme observado.

Através do senso prático que compõe um *ethos* ribeirinho que, junto com um conjunto de simbologias, mitos e rituais associados à caça, pesca e atividades extrativistas, compõe uma matriz de racionalidade ambiental muito particular de uso-significado da natureza (Cruz, 2011).



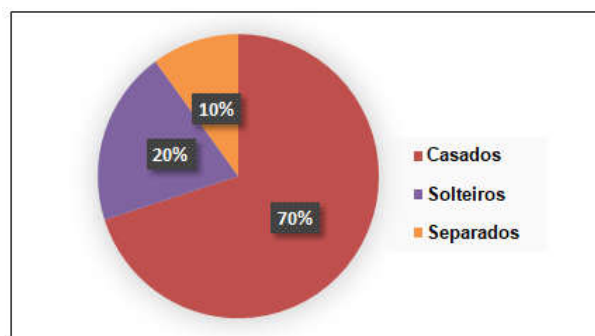
Fonte: Autores, (2021)

Figura 6. Atividades de Subsistência

O acesso à energia elétrica dos habitantes Comunidade São João do Lago do Tupé ocorre através do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Luz para Todos do Governo Federal do Governo Federal. Os entrevistados reclamaram que recebem as contas de energia, em altíssimos valores (média R\$ 500,00), em nome e endereço de um condomínio na Ponta Negra em Manaus.

Foram observados muitos imóveis com características diferenciadas dos modelos construídos na comunidade, todos fechados, aparentando ser de casas de veraneio, e, conforme informações de alguns

entrevistados, esses imóveis pertencem aos “sitiantes” ou “forasteiros” que se dirigem à comunidade nos finais de semana e feriados. A pesquisa acerca das características socioambientais e pessoais, indagou sobre o estado civil das pessoas entrevistadas na amostra, sendo conferidos os seguintes índices percentuais de 70% casados, 20% solteiros e 10% separados (Figura 7).

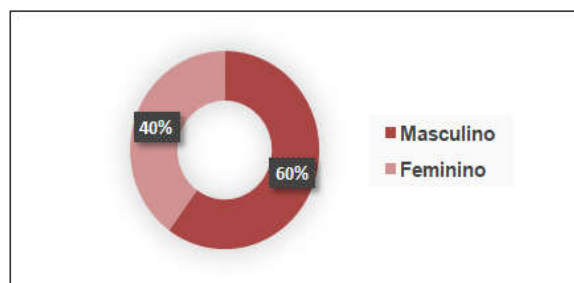


Fonte: Autores, (2021)

Figura 7. Estado Civil

No levantamento acerca do sexo dos participantes do estudo, foi observado 40% do sexo feminino e 60% do sexo masculino compuseram a lista de respondentes, o que indica uma mudança gradual em relação ao sistema social patriarcal que não se mostra predominante nessa comunidade (Figura 8).

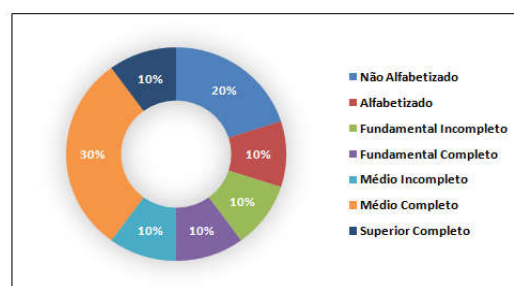
A força da ordem masculina pode ser aferida pelo fato de que ela não precisa de justificação: a visão androcêntrica se impõe como neutra e não tem necessidade de se enunciar, visando sua legitimação. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica, tendendo a ratificar a dominação masculina na qual se funda: é a divisão social do trabalho, distribuição muito restrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu lugar, seu momento, seus instrumentos (Bourdieu, 2019).



Fonte: Autores, (2021)

Figura 8. Sexo dos Respondentes

O nível de escolaridade dos entrevistados se apresentou da seguinte forma: 20% não alfabetizado, 10% alfabetizado, 10% com ensino fundamental incompleto e 10% com ensino fundamental completo, 10% com ensino médio incompleto, 30% com ensino médio completo e 10% com ensino superior completo, indicativos que denotam a deficiência no ensino público na comunidade dada a distribuição relativamente equitativa nos níveis de instrução escolar dos entrevistados (Figura 9).



Fonte: Autores, (2021)

Figura 9. Grau de Escolaridade

As idades dos participantes do estudo semostrar naseguite porcentagem: 10% idades entre 10% com idades entre 30 - 39 anos, 30% com idades entre 40 – 49 anos, 30% idades entre 50 – 59 anos, 20% idades entre 60 – 69 anos e 10% idades entre 70 – 79 anos fatores esses apurados reforçam a condição de Povo Tradicional desses comunitários.

Essas populações têm uma intensa relação com os ecossistemas que se relacionam, mostrando uma relação de simbiose com a natureza, os seus ciclos e sua dinâmica. É na relação com os ecossistemas da várzea, o rio e a floresta (*habitat*) que as populações ribeirinhas constroem todo o seu modo de vida (*habitus*) ou, numa linguagem geográfica, seu gênero de vida. Essa intensa relação com a natureza pressupõe um conhecimento aprofundado da sua dinâmica, de seus ciclos, que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse imenso acervo de conhecimento é transferido por oralidade de geração em geração, através do senso prático que compõe um *ethos* ribeirinho que, junto com um conjunto de simbologias, mitos e rituais associados à caça, pesca e atividades extrativistas, compõe uma matriz de racionalidade ambiental muito particular de uso-significado da natureza (Cruz, 2011).

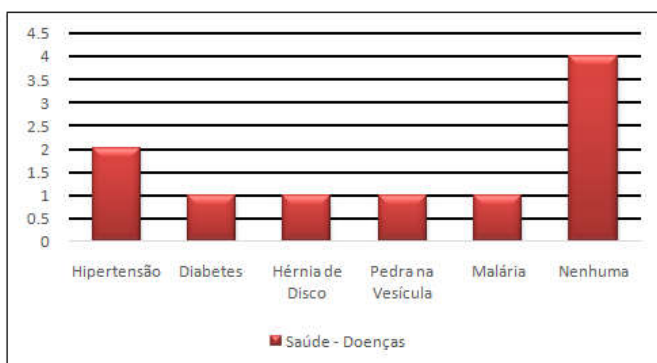


Fonte: Autores, (2021)

Figura 10. Faixa Etária

Foram verificadas dentre os entrevistados, doenças nos seguintes percentuais: 20% hipertensão, 10% diabetes, 10% hérnia de disco, 10% pedra na vesícula, 10% Malária e 40% nenhuma doença apresentada (Figura 11). Pode-se observar na amostra que mesmo em face das doenças apresentadas o maior indicativo está pontuado para aqueles que não comportam nenhuma doença, mesmo dadas as deficiências no campo dos setores públicos de saúde e assistenciais.

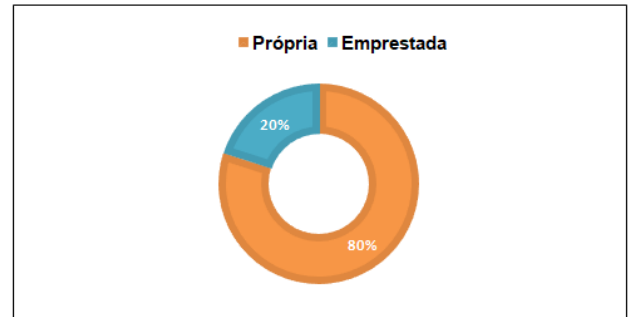
A região amazônica, se comparada às demais regiões do país, apresenta graves problemas relacionados à prestação de serviços de saúde, pois somente 20% de seu território possui essa cobertura, aspecto que demonstra a iniquidade e a limitação na oferta e serviços de saúde vivenciadas por populações locais (Aguiar, 2006).



Fonte: Autores, (2021)

Figura 11. Saúde e Doenças

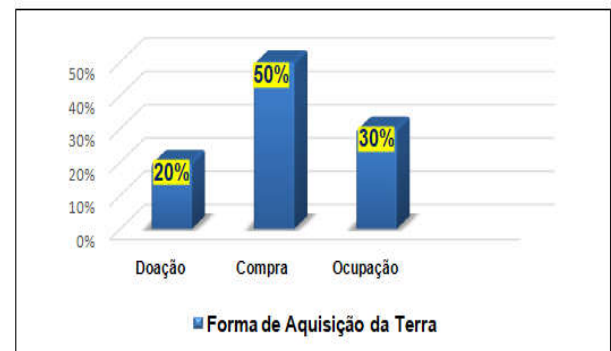
A dominialidade da terra verificada na pesquisa permite a contextualização das situações relativas às posses e propriedades dos imóveis daquela localidade. Observou-se assim, a propriedade, a forma de aquisição, a existência de documentação dos respectivos imóveis dos entrevistados, o grau de satisfação e a noção do direito que comporta sobre a terra que habita e sobrevive. Como resultado: 80% possui imóvel próprio e 20% habita terra emprestada (Figura 12).



Fonte: Autores, (2021)

Figura 12. Dominialidade da Terra

No que diz respeito à forma de aquisição da terra pelos entrevistados, os percentuais se apresentaram na seguinte ordem: 20% por doação, 50% através de compra e 30% pela ocupação. Nota-se a ausência da forma de aquisição da terra por ancestralidade, porém, a aquisição ocupação se mostra considerável no universo amostral, o que permite a legitimidade desses Povos Tradicionais (Figura 13).



Fonte: Autores, (2021)

Figura 13. Forma de Aquisição da Terra

Quanto à documentação da terra, verificou-se na amostra que 80% dos participantes não possui documentação da terra que habita e os 20% possui somente recibo de compra e venda do imóvel. No que tange ao grau de satisfação dos comunitários participantes da entrevista, observou-se que 60% está satisfeito e 40% está medianamente satisfeito com o lugar onde reside.

Em outro questionamento sobre os recursos e as pessoas, o que o participante considera de maior valor no seio da comunidade, verificou-se a divisão igualitária dos índices relativos à percepção, sendo que 50% respondeu que as pessoas possuem maior valor e 50% respondeu que os recursos possuem maior valor. A partir disso é possível se verificar que os entrevistados apresentaram equilíbrio na percepção de interação valorativa com tanto com a comunidade e quanto com a natureza que os circunda.

CONCLUSION

O povo tradicional habitante na comunidade São João do Tupé, a exemplo das unidades familiares de camponeses amazônicos, pratica a agricultura, a caça e a pesca, além da criação de animais. Em razão do turismo que é muito forte na localidade, essa comunidade pratica

também atividades de comércio, buscando o aumento da renda de subsistência. Muitos dos moradores da comunidade são beneficiários do programa tanto do Governo Federal quanto da Prefeitura de Manaus. Em parte do território comunitário, há um espaço separado onde reside o povo indígena da etnia Dessana, que pratica o ecoturismo através de apresentações dos seus rituais e costumes, bem como da venda do artesanato indígena aos visitantes da comunidade. Essa etnia contempla ainda um projeto cultural denominado Floresta Cultural Herisârõ que se traduz no conhecimento e no respeito do espaço sagrado, propiciando o descobrimento da cultura e da experiência daquele povo.

A esse respeito, Morán, (1990, p.18) afirma: A Amazônia não é um vazio demográfico ou cultural. Existem populações indígenas e caboclas que conhecem as características das suas localidades [...] O mundo Amazônico inclui muitos ecossistemas inter-relacionados, cada um com sua própria história natural e suas características geofísicas e químicas, suas populações humanas com diferentes tecnologias e densidades demográficas. Tais diferenças são resultados, em parte da adaptação dessas populações à variabilidade dentro da Amazônia e, de outro lado resultam do efeito de diferentes traços culturais.

É possível se verificar que a criação da RDS do Tupé, onde se localiza a Comunidade de São João do Tupé, não cumpriu o seu principal objetivo, qual seja a contenção da especulação imobiliária naquele local, bem como a utilização desmedida dos recursos naturais, sobretudo pela constatação de diversos imóveis de veraneio, utilizados somente nos finais de semana por moradores de Manaus denominados “sitiantes” ou “forasteiros”, os quais, nesse período, se deslocam àquela comunidade por meio de embarcações de diversos tamanhos com o objetivo da prática de lazer. Tal atividade acaba por ocasionar diversos prejuízos ambientais como o descarte incorreto dos resíduos sólidos, e o derramamento de combustível das embarcações nas águas do Rio Negro. A atividade comercial desenvolvida no âmbito da comunidade tradicional, na maioria pequenas vendas de estivas e bebidas, se desenvolve, de acordo com relato dos comunitários, sem qualquer acompanhamento, assistência técnica, concernente às noções mínimas de empreendedorismo, além de uma enorme dificuldade logística no período da seca, quando as mercadorias adquiridas em Manaus, necessitam ser carregadas por um longo trajeto até os estabelecimentos comerciais da localidade.

Os comunitários também se queixam dos trâmites junto ao Poder Público, sobretudo no que tange aos pedidos para o desenvolvimento de atividades agrícolas tais como o plantio de monocultura e roçados, além do Plano de Manejo da RDS do Tupé que por conter insuficiência de regulamentação das atividades econômicas a serem desenvolvidas naquele lugar, encontra-se em revisão junto àquele órgão, o que causa verdadeiro impasse a essas questões.

Apesar de conviverem numa aparente paz, restam claras as percepções estabelecidas de forma intrínseca entre o povo tradicional e o povo indígena na Comunidade de São João do Tupé. Enquanto o povo tradicional entende os indígenas como retraídos e recolhidos ao próprio espaço territorial, os indígenas, por sua vez, enxergam os ribeirinhos como expansivos e pouco ordeiros.

Portanto, restou verificada a ausência de políticas públicas estatais, em todos os níveis, voltadas ao fortalecimento e ao estado mínimo de dignidade da sobrevivência daqueles povos. A única ação do Poder Público nos últimos anos foi tão-somente a delimitação e criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável por via de Decreto Municipal e a consequente fiscalização de cumprimento das normas de proteção do ambiente. Com efeito, essa ausência estatal em prol daqueles povos, ocasiona aflições, sobretudo pela necessidade de subsistência em face do regramento rigoroso de utilização dos componentes ambientais (caça, pesca e pegadas na floresta), o que pode inviabilizar, a médio e longo prazo, a sua permanência (e dos seus descendentes) naquele território tradicional.

REFERENCES

- Aguiar, G. F. S. 2006. Nutrição e adaptação humana em áreas de pesca na Amazônia: sugestões para políticas em saúde, Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciên. hum, 12, 129-138.
- Bourdieu, P. 2019. A dominação masculina. Trad. Kühner, M. H. Rio de Janeiro: *Bertrand Brasil*.
- Cruz, V. C. 2011. Rio como Espaço de referência identitária na Amazônia: considerações sobre a identidade ribeirinha. In: XIV Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro.
- Gerhardt, T. E.; Silveira, D. T. 2009. Métodos de Pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Gil, A. C. 2002. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas.
- Heerdt, M. L., & Leonel, V. 2006. Metodologia Científica e da Pesquisa: livro didático. Palhoça, SC: Unisul Virtual.
- Manaus. 2016. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade Semmas. Manaus: Plano de Gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé. Amazonas. vol. I.
- Manaus. 2005. Decreto nº 8.044 de 25 de agosto de 2007. Cria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé redes do Tupé, localizada na Bacia do Rio Negro e dá outras providências. Manaus: Diário Oficial do Município de Manaus.
- Morán, E. F. 1990. A ecologia humana das populações da Amazônia. Rio de Janeiro: Vozes.
- Petrella, Ricardo. 2004. O manifesto da água: argumentos para um contrato mundial. Petrópolis: Vozes.
